

**REQUERIMENTO** Número / ( .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA** Número / ( .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A partir do ano letivo 2023/24, por decisão do Ministério da Educação, a plataforma de testes on-line Intuitivo (<https://intuitivo.pt/>) será utilizada para realizar todas as provas de avaliação externa (provas de aferição e exames nacionais).

A opção por esta plataforma, entre as muitas soluções disponíveis no mercado dos testes on-line, levanta algumas questões. Intuitivo é uma plataforma ainda em construção, praticamente sem utilizadores registados, com um leque muito limitado de possibilidades para a construção de exercícios e não-testada. A isto podemos somar a opção de utilizar uma plataforma gerida por uma empresa exterior ao Ministério da Educação, quando por razões de confidencialidade, segurança, gestão de dados e custos, a solução mais adequada seria criar o software dentro dos seus serviços.

Os problemas com a plataforma já começaram a surgir. Na primeira prova de aferição do 8º ano em que a aplicação foi utilizada, foi necessário parar a realização do teste a meio para que o software fornecido pela empresa fosse atualizado. Em algumas escolas não foi mesmo possível concluir a prova, dado que a atualização teve de ser feita posto a posto, uma vez que a empresa optou por enviar uma “aplicação cliente” a instalar em cada computador. Mesmo depois de ter sido atualizado, o software continuou com problemas (por exemplo, chegou a ser necessário reiniciar computadores para fechar a janela da aplicação).

No início do ano letivo 2023/2024, os utilizadores do Intuitivo foram surpreendidos por uma notificação da empresa, via e-mail, a avisar que a partir daquele ponto, as contas gratuitas teriam limitações e que seria imposta uma taxa de 3,99€ para a utilização da ferramenta. Na prática, deixou de ser possível utilizar a versão gratuita para qualquer trabalho com os alunos, porque está limitada a 10 avaliações e 50 exercícios. O uso desta plataforma fica, portanto, limitado a um único propósito: permitir que os alunos façam as provas de avaliação externa. Dada esta situação, há professores que consideram ter sido levados ao engano. Para preparar os alunos convenientemente para as provas, são obrigados a utilizar uma plataforma que muitos consideram de fraca qualidade e pela qual têm de pagar.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Educação, as seguintes perguntas:*

1. Por que razão o Ministério da Educação decidiu optar pela contratação de uma plataforma privada em vez de criar uma plataforma de testes on-line do próprio Ministério da Educação?
2. Quais os critérios que levaram o Ministério da Educação a optar pela plataforma privada Intuitivo?
3. No contrato que a empresa fez com o Ministério da Educação, está prevista a possibilidade de haver licenças pagas para os utilizadores, sejam eles professores ou escolas?
4. De que forma irá o Ministério da Educação resolver o problema da cobrança que está a ser feita aos professores pela utilização da plataforma Intuitivo?

Palácio de São Bento, 18 de outubro de 2023

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)